

**JULIANA SALES NETO**

**IGREJA E ESTADO:  
A SEPARAÇÃO ENTRE A IGREJA E O ESTADO NO CASO  
DO MÉXICO**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília.

Orientadora: Raquel Boing Marinucci.

**Brasília – DF**

**2006**

**IGREJA E ESTADO:  
A SEPARAÇÃO ENTRE A IGREJA E O ESTADO NO CASO  
DO MÉXICO**

**Juliana Sales Neto**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Professora Raquel Boing Marinucci – Orientadora

---

Professor Marcelo Gonçalves do Valle.

---

Professor Marco Antonio de Meneses Silva.

**BRASÍLIA**

**2006**

Agradeço a minha orientadora, Raquel Boing Marinucci, por ser além de orientadora, exemplo de competência e vida, e por ser dedicada no que se propõe a ajudar.

Aos meus pais, irmã e amigos, agradeço por acreditarem em mim, nas minhas capacidades e conquistas.

Agradeço a todos pela paciência e disponibilidade.

## RESUMO

Este trabalho destina-se à análise teórica de alguns dos principais pensadores clássicos acerca das influências da Igreja nas decisões estatais e, ainda, da influência que a mesma exerce dentro da sociedade. O estudo apresentado propõe, como hipótese, a explicitação das ações da instituição eclesiástica dentro das decisões estatais, em especial, no caso do México. A hipótese mostra-se, ao fim do estudo, confirmada visto que evidencia uma dificuldade explícita na separação formal entre a Igreja e o Estado no México, além de resquícios de uma dominação católica.

O trabalho apresenta a análise teórica, utilizando-se de autores clássicos da política como Maquiavel, Locke, Hobbes, Marx, Weber e Gramsci. Além da teoria, faz-se um relato do contexto histórico mexicano e a inter-relação entre a teoria e a história para melhor evidenciar a existência das influências da Igreja dentro do Estado mexicano.

Palavras-chave: IGREJA - ESTADO – MÉXICO – SEPARAÇÃO - ECLESIASTICA

# SUMÁRIO

<b>1 – ESTADO X IGREJAS – ANOTAÇÕES TEÓRICAS .....</b>	<b>4</b>
1.1 A IGREJA NO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL .....	5
1.2 A IGREJA PARA HOBBS.....	7
1.3 A IGREJA POR LOCKE.....	8
1.4 WEBER X MARX E A ANÁLISE DAS CRENÇAS .....	10
1.5 GRAMSCI E A IGREJA.....	14
1.6 RESUMO GERAL DOS PENSADORES .....	17
<b>2 – A PRESENÇA DA IGREJA NA HISTÓRIA DO MÉXICO .....</b>	<b>19</b>
2.1 O COLAPSO ASTECA E A CRUZADA RELIGIOSA .....	19
2.2 INDEPENDÊNCIA E O INÍCIO FORMAL DO CONFLITO IGREJA X ESTADO .....	21
2.3 GRUPOS RELIGIOSOS ALHEIOS À INSTITUIÇÃO IGREJA .....	24
2.4 IGREJA VERSUS ESTADO NO MÉXICO.....	27
2.5 A EXPRESSÃO DA IGREJA NO PASSADO CONTEMPORÂNEO DO MÉXICO – A REBELIÃO ZAPATISTA.....	31
<b>3 – RETOMANDO OS PENSADORES PARA ANÁLISE HISTÓRICA.....</b>	<b>34</b>
3.1 A ANÁLISE DE MAQUIAVEL SOBRE A RELAÇÃO IGREJA X ESTADO NO MÉXICO .....	34
3.2 A VISÃO DE HOBBS NO CASO MEXICANO.....	36
3.3 E O QUE LOCKE DIRIA SOBRE ESTE CASO? .....	37
3.4 “OPIATO” E CARISMA – MARX E WEBER NO CONTEXTO MEXICANO .....	39
3.5 GRAMSCI E A RELAÇÃO ESTADO X IGREJA NO MÉXICO .....	42
3.6 PERTINÊNCIAS DAS ANÁLISES .....	46
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>48</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho vem a ser o estudo sobre a separação entre a Igreja e o Estado no caso do México, suas influências e a análise teórica. As grandes influências de alguns instrumentos ou aparelhos hegemônicos, como diria Gramsci, nas decisões estatais foi o principal fator de escolha do tema, além de configurarem a principal problemática neste estudo. Busca-se evidenciar o papel da Igreja como instrumento propagação de interesses tanto dos governos, quanto das massas; tanto das classes dominantes, como das dominadas.

A Igreja foi escolhida como aparelho a ser tratado, por ser muito usada desde a antiguidade até os tempos atuais. Além de ser um aparelho que agrega massas, ela também se configura como instituição influente dentro dos governos. O México foi escolhido como estudo de caso por apresentar uma história bastante influenciada pela instituição eclesiástica e, principalmente, por ser um país que conseguiu a separação formal entre a Igreja e o Estado, mas que mantém a curiosa característica de ser um país essencialmente católico.

A escolha dos autores, aos quais recorre-se em relação à teoria, justifica-se, em primeiro lugar, pelo fato de serem clássicos e apresentarem teorias bastante respeitadas acerca de vários assuntos, inclusive o tratado neste trabalho. Em segundo lugar, seus estudos sofreram grandes influências das épocas em que foram escritos e pelos fatos históricos vividos por eles. Desta forma, Maquiavel contribui com o estudo sobre a visão do líder à época das colonizações e sobre as formas de dominação e alcance do poder. Hobbes apresenta a contextualização das dificuldades de implementação do governo em detrimento de poderes alheios ao Estado, principalmente por ter vivenciado a instauração do absolutismo que sucedeu a dominação da Igreja Medieval. Locke, por sua vez, caracteriza a idéia de liberdade humana, mas leva em conta a necessidade de um órgão que regulasse esta liberdade, pelo fato dele ter vivenciado a união de puritanos e presbiterianos ao governo, evidenciando sua influência. Marx e Weber viveram em épocas muito próximas na história, na qual ocorriam diversos movimentos de

libertação de territórios e, assim, puderam fazer relatos concretos sobre as influências das ideologias dentro da sociedade. E, por fim, Gramsci colabora pelo fato de ser um grande autor no tema hegemonia, pois trata da mesma tanto em caráter de hegemonia estatal, como hegemonia da sociedade. Os autores têm, então, um ponto de vista acerca da organização política dos Estado e as influências que nele podem agir, as quais podem ser aplicadas ao caso mexicano pelo fato deste ocorrer paralelamente ao desenvolvimento de seus pensamentos e teorias.

Objetiva-se relacionar as análises teóricas e o contexto histórico no caso das influências da Igreja no Estado mexicano, para fazer a identificação na realidade dos fatores que os autores escolhidos destacaram em seus estudos, além de buscar entender quais motivos levaram a população mexicana a se manter devota, mesmo após a Igreja perder seus poderes dentro do país, além de demonstrar, do ponto de vista de cada autor, adequando-se ao contexto mexicano, em quais pontos são identificadas as influências da Igreja.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a análise teórica do histórico do México, em se utilizando, principalmente, dos fatos mais marcantes no que se diz respeito à inserção e às influências da instituição eclesiástica dentro deste Estado.

O estudo é apresentado em três capítulos dispostos respectivamente em análises teóricas, relato histórico mexicano de fatos relevantes para o estudo e correlação entre História e Teoria.

O primeiro capítulo observará as influências e a demonstração das ações eclesiásticas em meio à política e às decisões estatais, evidenciando e debatendo sob o ponto de vista de alguns autores de destaque na literatura política.

O segundo parte de uma visão relacionada à colonização da América Latina em geral até o processo de independência das colônias, em especial, a independência do México, alcançando a história contemporânea, mas, principalmente, o momento no qual o Estado busca o rompimento com a instituição eclesiástica.

Por fim, o terceiro capítulo faz um reconhecimento das características destacadas em cada um dos autores para analisar a realidade da trajetória das influências eclesiásticas no decorrer da história mexicana.



## 1 – ESTADO X IGREJAS – ANOTAÇÕES TEÓRICAS

Neste capítulo, serão discutidas várias visões e pensamentos constituídos por alguns dos principais pensadores no decorrer da história no que diz respeito à separação da figura da Igreja<sup>1</sup>, como instituição em si, do aparelho estatal.

Tais autores são clássicos do pensamento político e têm posições inerentes ao período histórico estudado, por isso foram escolhidos. Além disso, oferecem subsídios teóricos que podem ser utilizados até mesmo nas situações contemporâneas do caso estudado.

A Igreja, ao longo dos tempos, destacou-se como instituição de papel determinante da história política mundial. As influências que a mesma oferece nos processos decisórios podem ser vistas desde a antiguidade até a atualidade.

Skinner deixa evidente a sua preocupação com as influências da Igreja nos processos decisórios das cidades-Estados na Idade Média, principalmente quando faz relatos sobre a situação no Norte da Itália. Nessa época, os papas começaram a demonstrar suas ambições ao procurar manipular as políticas internas; políticas essas que foram acompanhadas de uma ideologia que era destinada a legitimar as pretensões do papado a governar *in temporalibus* (nos assuntos temporais). Os papas teriam *plenitudo potestatis* (plenitude de poder tanto temporal quanto espiritual). Embora pensadores tentassem refutar o poder da Igreja no âmbito governamental, os papas utilizavam-se das Sagradas Escrituras para legitimar seus atos, exercendo assim uma forma de domínio espiritual ante aqueles que tentavam transpor os desígnios divinos.<sup>2</sup>

A Igreja, na figura do papa, teve papel de destaque<sup>3</sup>, ao longo da história<sup>3</sup>. Por exemplo, na Primeira Guerra Mundial, em especial, no processo de paz. A história respeita o fato de o “*Sumo Vigário de Cristo*” ser um homem que não age por vontade própria ou exclusiva deliberação, mas não deixa de evidenciar a existência de alianças entre religião e as decisões políticas. À época da Primeira

---

<sup>1</sup> Quando se refere à Igreja, trata-se, especialmente, da Igreja Católica Apostólica Romana, pelo fato de ser a instituição a ser abordada no caso do México e por ser a mesma abordada nos relatos dos pensadores acerca desta discussão.

<sup>2</sup> SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 34-44.

<sup>3</sup> Estudo e relatos de fatos do passado que são considerados significativos, tais como políticos, intelectuais e econômicos.

Guerra Mundial, a Alemanha, tomada por crises, pede intermédio da Áustria que, por sua vez, recorre ao Vaticano. Este aceita de bom grado a incumbência de interceder na conciliação das nações beligerantes. A estratégia que, aparentemente, seria um passo para alcançar a paz, é vista por alguns pesquisadores como uma troca de favores entre as partes envolvidas. O Vaticano, em especial, conseguiria, com isso, reerguer a moral perdida ao não se pronunciar de maneira satisfatória perante as ações que colocaram abaixo a Bélgica, a Síria, a Sérvia e a Armênia. A recuperação do respeito da comunidade mundial, utilizando para tal a intermediação para a paz em uma guerra bastante visada, colocaria a Igreja em evidência, aumentando seu poder como instituição e demonstrando sua capacidade de modificar a política e a história.<sup>4</sup>

Tais influências serão objeto deste estudo, de modo que a demonstração das ações eclesiásticas em meio à política e às decisões estatais seja evidenciada e debatida sob o ponto de vista de alguns autores de destaque na literatura política.

### 1.1 A Igreja no pensamento de Maquiavel

Maquiavel, em seus relatos sobre como chegar ao poder e lá se manter, fez uma análise da Igreja e, por tal, passou a ser odiado pela mesma. Ao falar dos Principados Eclesiásticos, fez uma crítica a quem reinava posto que não obtinham tal cargo por mérito ou por *fortuna*, mas sim pela rotina da religião. Segundo ele, a religião teria instituições de natureza tão forte que conseguiriam manter no poder príncipes independente de como vivessem ou governassem. Neste ponto, faz uma defesa da subordinação da Igreja e de quaisquer outras instituições à política, de modo que os preceitos políticos prevalecessem ante as morais difundidas, inclusive sobre a moral religiosa; de maneira que os ideais de dominação e políticos tivessem papel prioritário como assim devem ser.<sup>5</sup>

Desta forma, explicitava-se que não era necessário ser um homem bom, ou ter virtudes celestiais, ou ser um bom guerreiro para ser rei. Os fins, neste caso,

---

<sup>4</sup> MESQUITA, Julio. *A Guerra (1914-1918) Vol.4*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002, p. 707.

<sup>5</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000, p.81.

justificariam os meios, de maneira que utilizar os preceitos divinos para manipulação do povo seria totalmente legítimo.

Do ponto de vista maquiavélico, a Igreja representou um problema na unificação da Itália pelo fato de fazer resistência à tentativa de invasão por parte de outros Estados, além de dividir geograficamente o território da península em dois. Encontrando-se presente no centro do território italiano, demonstrava ser um empecilho para um governo centralizado. Além de haver uma grande autoridade do papa no que tangia às decisões políticas e ao controle territorial ser evidente na Europa da época.

A legitimação dos atos neste tipo de principado assemelha-se com a história traçada pela Igreja ao longo dos tempos, pois atribui os valores da segurança e da felicidade aos poderes superiores. Logo, seria presunção do homem agir de outra maneira que não fosse a do respeito e aceitação das ordens advindas dos céus. Reforça-se essa teoria ao analisar que as decisões tomadas pelo príncipe deveriam ser aceitas e, caso não fossem, os transgressores eram tidos não só como transgressores da leis terrenas, mas também das leis divinas, ou seja, hereges.<sup>6</sup>

Com Deus no ponto de partida de todas as decisões do príncipe, ele não precisaria temer uma revolta de seus súditos, pois esses também seriam fiéis às suas determinações. E, embora tenha havido governos papais fortes pelas armas, os quais Maquiavel admirava, bastaria que a dominação fosse feita pela bondade e pelas virtudes que essa se tornaria mais eficaz.<sup>7</sup>

É certo que a Igreja, atualmente, exerce não mais uma dominação explícita lutando por territórios e requisitando poderes jurídicos e governamentais, como à época de Maquiavel (excetuando-se o caso do Vaticano), mas a dominação moral e espiritual é vista de maneira destacada.

No caso a ser mencionado existe um exemplo claro da utilização da dominação espiritual, pois, embora o México seja um Estado laico, seu povo é profundamente católico. Querendo o Estado ou não, certos preceitos que não os

---

<sup>6</sup>MAQUIAVEL, Op cit, p.81.

<sup>7</sup> Ibidem, p.83.

estatais serão preservados pelo povo a partir de sua crença e isso deverá ser respeitado e usado em prol das realizações governamentais.

## 1.2 A Igreja para Hobbes

Em distinção de Maquiavel, Hobbes não pensa na utilização da religião como instrumento apenas do soberano alcançar o poder e manter-se lá; mas sim, como uma instituição que, estando alheia às ordens do soberano iria contra o seu ideal absolutista. Uma instituição com suas próprias regras e preceitos colocaria à prova as decisões e poderes estatais.

O absolutismo é característica principal do Estado hobbesiano e, como tal, não admite a existência de um poder autônomo à soberania civil, porque este causaria o surgimento de conflitos. Logo, quaisquer decisões que pudessem fugir dos mandos do Estados deveriam se tornar parte dele. Isso se reflete, também, no campo religioso. A solução para um provável conflito que, surgiria da existência de vários poderes, seria a entrega de toda a autoridade religiosa ao soberano absoluto para que a religião não ameaçasse a paz civil. Restringia-se, somente, que os súditos não obedecessem se lhes fosse ordenado que ultrajassem a Deus e adorassem um só homem ao qual conferisse os atributos divinos.<sup>8</sup>

Hobbes vê a religião, de modo geral, como um instrumento de convencimento e manipulação das pessoas utilizado pelo Leviatã (Estado), de forma que fosse evitado o surgimento de interesses distintos aos interesses estatais. A imposição de respeito e legitimação dos atos é tal que o ato de se rebelar contra o seu rei, equivaleria a se rebelar contra Deus.<sup>9</sup> Tal preceito do Estado hobbesiano é a marca evidente da dominação via coação moral. O soberano detentor de todos os poderes e senhor de si e de seu povo legitimaria as suas atitudes a partir do uso da religião e aplicaria ao povo de forma consensual, que não gerasse conflitos. Não seria necessário que se fizesse guerras ou políticas ostensivas para controlar a população porque a religião seria mais eficaz nesse sentido.

---

<sup>8</sup> MONTEIRO, João Paulo. *Hobbes - Vida e Obra*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000, p.16.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 16.

Embora as forças liberais colocassem abaixo, em 1689, o absolutismo real que predominava no Parlamento Inglês,<sup>10</sup> o pensamento de Hobbes acerca da utilização de parâmetros morais para justificar as decisões estatais e manipular as decisões do povo ainda é vista na atualidade. A instituição da autonomia dos poderes, fazendo com que prevalecesse a mentalidade civil, as confissões religiosas e trazendo à tona a liberdade de pensamento e de expressão<sup>11</sup> não extinguiu os preceitos morais e religiosos que existem no pensamento do povo.

É certo que houve um aumento na quantidade de religiões e o aparecimento de crenças antes não vistas que poderiam desvirtuar os antigos preceitos da Igreja, mas o respeito aos princípios divinos continua em evidência, principalmente na América Latina. A justificativa dada pelos europeus para a conquista é um fato importante para a explicitar essa evidência da utilização da religião como ponto de partida para as decisões estatais. Para eles, a conquista da América tinha como intuito fazer uma extensão da “verdadeira fé”.<sup>12</sup>

Pois, como Hobbes diria, “*embora haja na palavra de Deus muitas coisas que estão acima da razão,..., que não podem ser demonstradas nem refutadas pela razão natural, não há nessa palavra nada contrário a ela*”<sup>13</sup>. Logo, ele via na razão de Deus, uma proteção incontestável dos poderes do Leviatã.

Embora a modernidade traga novos preceitos acerca da moral, da tradição e das crenças, a refutação da palavra divina continua sendo uma atitude tão mal vista quanto à época em que Hobbes defendeu o absolutismo real. Contrapor-se aos mandamentos divinos foi e continua sendo um absurdo para aqueles que são seus seguidores.

### 1.3 A Igreja por Locke

A existência da liberdade e igualdade das pessoas é vista, por Locke, como ponto de partida da existência dos seres humanos, entretanto, ele acreditava que

---

<sup>10</sup> MONTEIRO, Op cit, p.17.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>12</sup> ROUQUIÉ, Alain. *O extremo-Occidente: Introdução à América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991, p. 196.

<sup>13</sup> HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000, p. 275.

os seres humanos recebiam de seu Criador a racionalidade para seguir os caminhos que fossem corretos. Mesmo sendo livres, todos deveriam utilizar-se da razão para escolher entre o que seria bom e o que seria mau. A subserviência a Deus é evidenciada. Desta forma, cada um é responsável pela escolha de suas crenças, sendo suscetíveis a passar pelo julgamento divino no dia do Juízo Final.

Porém, se a liberdade e a racionalidade levam a escolhas individuais, conseqüentemente haveria muitas crenças e os Estados estariam sujeitos a distúrbios na ordem civil. Para isso, deveria haver alguma instituição que *“superasse a parcialidade voluntariosa do juízo pessoal”*.<sup>14</sup>

A instituição responsável por esse controle, à época de Locke, era o magistrado. Como condição para não ultrapassar limites divinos, já que sua existência era legitimada por Deus, a autoridade civil poderia fazer qualquer tipo de resolução conflitual que contivesse elementos que não fossem expressamente proibidos por Deus.<sup>15</sup>

Dentro da sociedade, os direitos políticos seriam derivados dos deveres políticos, e ambos seriam fruto da vontade divina. Desta maneira, é dever e obrigação de cada um, a partir da cobrança de Deus, que as regras sejam seguidas e que a preservação da sociedade seja buscada.<sup>16</sup> Com o intuito de obedecer aos preceitos divinos de preservação da sociedade, a guerra seria legitimada; visto que seria uma resposta divina aos problemas que as pessoas não conseguiram resolver racionalmente. Logo, o magistrado (Estado) seria uma instituição racional induzida por poderes superiores a amenizar os problemas e conflitos.

A justificação das decisões estatais pelas ordens advindas dos céus, como maneira de preservar a liberdade e utilizar a racionalidade, é uma forma consensual utilizada pela Igreja para colocar em evidência seus interesses. Sendo o poder político legitimado pelos preceitos divinos, seria presunção dos governados querer superar seus mandos e desmandos. Estariam, de maneira explícita, querendo superar Deus e seus ensinamentos.

---

<sup>14</sup> DUNN, John. *Locke*. São Paulo: Edições Loyola, 1984, p. 42.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 42.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 48.

Ao contrário de Hobbes que via na Igreja uma ameaça para a soberania estatal, Locke vê a religião como fator diferencial e instrumento da sociedade para demonstrar suas vontades. De modo que, os seres humanos, sendo obra da criação divina Deus, deveriam ser subordinados aos Seus preceitos seja individualmente, seja organizados em sociedade. Assim, ao invés de deixar as determinações e julgamentos, exclusivamente, nas mãos do governante, cada ser humano teria o direito e o dever de julgar a melhor maneira de se preservar a sociedade. Esses direitos e deveres políticos são derivados da vontade de Deus e, por tal fator, são legitimados para serem usufruídos e seguidos.<sup>17</sup>

Locke demonstra a legitimidade de qualquer tipo de poder de um ser humano sobre o outro partindo dos preceitos divinos. Logo, a autoridade de um pai dentro da família ou a autoridade de um rei sobre seus súditos, seguem esse preceito. Bastaria que os homens reconhecessem a providência divina na autoridade política para ter suas ordens legitimadas.<sup>18</sup>

Vê-se, então, uma idéia diferenciada da de Hobbes que acreditava na não contraposição à Igreja, mas na sua utilização como instrumento para alcançar o absolutismo; enquanto Locke acreditava que a Igreja poderia atrapalhar as determinações estatais e via-se obrigada a estabelecer um aparelho de controle da liberdade humana.

#### 1.4 Weber x Marx e a análise das crenças

A análise das crenças ou religiosidade a partir da concepção de Marx e Weber consegue ser contraditória e similar ao mesmo tempo, pois, embora diverjam em vários pontos, possuem outros tantos em comum.

Utiliza-se a contraposição dos dois autores e trata-se de ambos em um único ponto por apresentarem visões significativas sobre a questão da crença em relação ao Estado e a sociedade, não somente em relação à instituição Igreja como os demais autores. A relação dos indivíduos, como sociedade, com o aparelho estatal e com a instituição eclesiástica, de acordo com esses autores,

---

<sup>17</sup> DUNN, Op cit, p. 48.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 48.

contém outros fatores que os demais não colocam em discussão. Por isso, convém que sejam estudados de maneira simultânea.

Marx faz uma análise hostil, sendo mais evidente seus comentários nas críticas a Hegel, com quem concordava acerca da importância histórica e filosófica do cristianismo, mesmo que discordasse e atacasse a visão idealista das influências do mesmo. Para ele, a religião cristã surgiu para abrigar vagabundos e desenraizados e se expandiu após a decadência do Império Romano<sup>19</sup>, ou seja, há uma fuga pelo fato do modo de vida sofrer transformações.

Apesar dessa hostilidade de Marx, ele reconhece que a ética cristã tenha formado uma nova moral diante da moral decadente da época, de maneira que, embora ele pensasse que a ideologia religiosa fosse usada para fazer com que o homem se conformasse com uma vida de miséria, permite-se ver, também, a visão positiva de um mundo melhor.<sup>20</sup> A Igreja, como já foi dito ao se falar das influências da Igreja nas decisões políticas, usa de oportunidades para resgatar sua moral e, assim, reafirmar seu poder de manipulação das decisões estatais.

Marx acredita que os homens só existam no contexto de sociedades específicas que sofrem transformações de acordo com o processo histórico e, ainda, que as idéias e a própria consciência são reflexos da atividade humana. Tais idéias e consciência, advindas da atividade no mundo material, seriam aquelas a dar origem às teorias, à teologia, à filosofia, à ética e outros tipos de ideologia e maneira de pensar. Logo, as idéias não podem ser alheias às condições sociais que a criaram e, a sociedade civil, em seus estágios estreitamente ligados à história, é tida como a responsável pela definição de preceitos a serem seguidos.<sup>21</sup> A religião, assim como os demais preceitos formados, não é apenas reflexo da realidade material, mas um caminho que o homem se esforça para seguir. Deus, por ser a imagem do homem perfeito, seria um exemplo de tudo aquilo que o homem almeja ser. A integração dessas idéias e a organização social seriam a base para toda a história.<sup>22</sup>

---

<sup>19</sup> GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Editora Presença, 1994, p. 281.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 281.

<sup>21</sup> *Ibidem*, pp. 282-283.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 284.



De volta ao cunho histórico, Marx remete ao capitalismo a responsabilidade pelo fim do feudalismo e pela modificação na ordem tradicional típica deste tipo de sociedade. Junto à ordem tradicional, foram modificadas ainda as suas instituições e ideologias. Assim, Marx prevê a tendência do esquecimento das crenças religiosas com o desenvolvimento econômico e avanço do capitalismo.<sup>23</sup> Já que as ideologias são fruto da sociedade e esta se torna cada vez mais alheia a princípios e idéias, por assim dizer, pode-se perceber “a olho nu” uma desaceleração da expansão de algumas, tais como a religião e suas atividades e poderes.

Analisando a interação entre sujeito e objeto de Weber, pode-se concluir que a realidade não é exterior ao homem formando apenas sua consciência, mas ela se adapta aos fins humanos e suas necessidades por meio da utilização da consciência e da modificação do meio ambiente preexistente de modo que os preceitos ou princípios a serem posteriormente seguidos fazem parte dos interesses de cada um.<sup>24</sup> Assim, pode se ver que o autor prevê tanto as características da sociedade no indivíduo, como as do indivíduo na sociedade, fazendo prevalecer seu interesse pessoal e, assim, fazendo com que a sociedade gere regras e normas inerentes às suas vontades. Desta forma, serão analisadas no terceiro capítulo, as influências da sociedade e do indivíduo interagindo entre si e interferindo no Estado.

No pensamento de Marx, a ideologia não deveria ser vista apenas como reflexo das circunstâncias materiais, porque caso o fosse, o homem estaria sendo privado do papel de criador da realidade. Weber também refuta a idéia de materialismo reflexivo para se fazer uma análise sociológica. Eles concordam que a ideologia pode ser transposta racionalmente, deixando evidente o conteúdo real.<sup>25</sup>

Weber faz uma análise direta da religiosidade ao acreditar na idéia de que a ética religiosa provém da afinidade entre pessoas de uma determinada classe social, de modo que, a natureza das crenças em causa não seja determinada.

---

<sup>23</sup> GIDDENS, Op cit, pp. 285.

<sup>24</sup> Ibidem, p. 286.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 286.

Marx tem uma visão semelhante neste sentido, pois crê que as idéias não podem criar nada se não houver uma força prática entre as pessoas que nelas acreditam. Partindo dessa idéia, ambos vêem os sistemas religiosos como expressão da criação de valores humanos, que provém não do ser biológico, mas fruto de um processo histórico. Assim, crêem na legitimação das relações de domínio a partir da religião, tais como as mudanças sociais radicais ocorridas anteriormente à Idade Moderna que eram, em suma, maquiadas com o simbolismo religioso.<sup>26</sup>

Embora concordem em alguns fatores, Marx e Weber acabarão por discordar ao tratar da aceitação generalizada das ideologias. Se, para o primeiro, a aceitação tem como eixo básico as relações de classe, de modo que as idéias gerais constituiriam a expressão dos interesses de classe; o segundo vê, como ponto de partida para a aceitação de ideologias, o carisma; visto que, a fé por advir de sentimentos, está relacionada à irracionalidade. Desta forma, as qualidades de um *chefe* seriam analisadas a partir de seu carisma, ou sua capacidade de seduzir seus subordinados e não a partir de sua capacidade de governar.<sup>27</sup> A Igreja também utiliza a dominação carismática ao basear a crença em ideologias advindas da fé. A religiosidade por ser um sentimento e, conseqüentemente, não ser baseado na racionalidade, é, no pensamento de Weber, uma forma carismática de agregar súditos e semear uma ideologia.

Seguindo essa linha de pensamento, pode-se notar a intensa contradição, principalmente, porque Marx acredita que as normas sejam criadas a partir do contexto histórico, econômico e social e, Weber, embora aceite a existência e a importância das idéias e interesses dos grupos, refuta a idéia da assimetria entre os mesmos e a ideologia. Logo, não haveria como existir uma ideologia que não fosse resultado de uma adesão a sistemas de ideais, sejam eles religiosos, políticos, econômicos ou qualquer outro.<sup>28</sup>

Ambos veriam as crenças e práticas religiosas como uma possibilidade de refúgio das tribulações da vida cotidiana, mas também podem ser fonte de ansiedade e apreensão mental. Isto ocorre porque a religião participa de diversos

---

<sup>26</sup> GIDDENS, Op cit, pp. 286-287.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 288.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 289.

aspectos da atividade social, fator mais relacionado ao pensamento de Marx, e ainda, porque a ela ocupa um lugar essencial no psicológico da ansiedade existencial potencial, mais relacionado ao pensamento de Weber.

As formas de crença e práticas religiosas mais propensas a permear a vida cotidiana com temores existenciais, fazendo apelos que envolvem pecados e promessa de salvação, mas são, também, maneiras de inserir no cotidiano, ou na sociedade as vontades pessoais ou, até mesmo, de um determinado grupo. Marx e Weber pensam nessa inserção ou manipulação de maneiras distintas, mas não negam a sua existência.

### 1.5 Gramsci e a Igreja

Antes de quaisquer análises acerca do Estado em si ou sobre as atividades e instituições que dele fazem parte, é necessário que se faça uma demarcação teórica acerca do ser significado e das forças que o regem. Para tal especificação, toma-se a contribuição de Gramsci na teoria política.

Gramsci deu ênfase à política como atividade humana central, por meio da qual os interesses e a consciência individual são colocados em contato com o mundo, em todas as suas formas. Desta maneira, ele reconhece o Estado como um instrumento com o qual a classe dominante, justifica e mantém seu domínio buscando constantemente conquistar o consentimento da classe dominada, de tal forma que os valores ideológicos e normas daquela viessem a ser aceitos e seguidos por essa. A classe dominada é consensual de tal forma que, todas as manifestações institucionais e privadas, e ainda, gostos, comportamentos morais, costumes, princípios não só políticos, mas também religiosos, dentre outros de cunho moral e intelectual são manipulados pelo poder hegemônico.<sup>29</sup>

A partir da análise da hegemonia, Gramsci pôde ressaltar que, ao contrário do que dizem outros autores acerca da consciência de classes, os obstáculos para alcançá-la eram muito mais consistentes. A dificuldade advém da inserção dos

---

<sup>29</sup> CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Campinas: Editora Papirus, pp.89-90.

interesses da burguesia na superestrutura<sup>30</sup>, dando ao Estado uma função maior que, simplesmente, aparelho repressivo.<sup>31</sup>

Existe uma dúvida que surge na análise do consentimento das classes subalternas para serem dominadas que seria a forma com a qual a classe dominante transforma a sua concepção de mundo e seus interesses em senso comum. E mais ainda, de que maneira sociedades desmistificam o senso comum imposto pela burguesia e tentam produzir uma nova ordem de liberdade universal. Gramsci vê a resposta dessas perguntas na consciência e na ideologia.<sup>32</sup> De forma que a inserção dos preceitos da classe hegemônica não mediria barreiras educacionais, religiosas e familiares. Infiltrando-se nesses meios, o consenso seria alcançado e os pensamentos difundidos de maneira discreta.

A hegemonia vista a partir desses conceitos tem dois significados principais: um seria o que a trata como um processo na sociedade civil pelo qual uma parte da classe dominante exerce o controle sobre outras frações da classe dominante; no segundo, a classe dominante utilizaria a liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo e moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados.<sup>33</sup> Nas duas vertentes, a evidência de um grupo dominante específico dentro de um grupo dominante maior e do mesmo grupo dominante em relação aos seus subordinados é clara e necessária para a existência de uma hegemonia e do controle Estatal.

Assim, a hegemonia se consolida como um aparelho que seja relacionado à sociedade que ela está se inserindo e pelo qual os ideais da burguesia seriam mais facilmente difundidos. Tais aparelhos hegemônicos podem ser escolas, museus, bibliotecas, organização da informação, o planejamento de vida, o urbanismo; e, ainda, a Igreja e seus intelectuais.<sup>34</sup>

---

<sup>30</sup> Gramsci trata a superestrutura em dois grandes níveis: o primeiro pode ser chamado de “sociedade civil”, isto é, o conjunto dos organismos vulgarmente denominados de “privados”; e o segundo de “sociedade política” ou do “Estado”. Esses dois níveis correspondem, de um lado, à função de “hegemonia”, que o grupo dominante exerce em toda sociedade; e de outro, à “dominação direta” ou ao comando, que é exercido através do Estado e do governo “jurídico”. CARNOY, Op cit, p.93

<sup>31</sup> Ibidem, p. 91.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>33</sup> Ibidem, p.95.

<sup>34</sup> Ibidem, p.96.

Vista dessa maneira, a hegemonia põe em evidência a utilização de instituições e meios sociais como instrumentos de coerção por parte do Estado e da burguesia nele inserida. Esta é uma maneira eficaz de propagação interesses e, também, de manter fracos e desorganizados as classes dominadas, dificultando, assim, um movimento antiestatal.

O mesmo conceito de hegemonia, visto de outro ângulo, também propõe uma modificação política, mas desta vez, não por meio de instituições pré-determinadas como é o caso da Igreja e da família em si. De acordo com Gramsci, o homem é o único protagonista na história, desta forma, tanto influenciaria suas decisões se ele fizesse parte da burguesia inserida no poder, como se ele fizesse parte da massa de subordinados que, a partir do princípio de bem-comum, consegue manipular as decisões estatais.<sup>35</sup>

Gramsci fala da autonomia de aparelhos hegemônicos frente ao Estado, de forma que eles podem exercer uma hegemonia direta, estando inseridos na classe dominante, ou indireta, caso façam um papel de contra-hegemonia, colocando em evidência seus interesses nas decisões estatais. Tal expressão das classes sociais de ideologia de destaque é vista como ponto de partida para a crise hegemônica. Baseados em instituições que são independentes da opinião pública, tais como a Igreja, classes dirigentes ou o ativismo político de massas antes passivas, dão início às crises que põem abaixo o poderio do estado. Desta forma, acredita-se que tal modificação seria advinda não da problemática econômica, mas sim da consciência de massas.<sup>36</sup> Esta consciência é o primeiro passo para o processo revolucionário, pois põe em foco a vontade do povo em contraposição aos desígnios do Estado.

Assim, pode-se, analisar de maneira coesa a estruturação da Igreja no processo histórico. Ela já influenciou as decisões estatais, mas, principalmente, atingiu a consciência de massas e fez com que o povo lutasse por seus interesses. A análise de Gramsci desta participação evidente da Igreja poderá ser melhor vista a partir do segundo capítulo, no qual serão vistas tanto a participação na classe dominante, quanto na dominada. A dupla inserção dessa instituição,

---

<sup>35</sup> CARNOY, Op cit, p. 101.

<sup>36</sup> Ibidem, pp. 104-106

tanto no rol de instituições politicamente influentes, como na estrutura de massas, nas bases sociais garante a ela que seus direitos sejam preservados em ao menos um dos setores. Desta forma, foge-se da coerção, instrumento da classe proletária até dado momento na história e passa-se a buscar um refúgio na hegemonia moral e intelectual.

O consentimento a partir da utilização da moral e da intelectualidade é mais viável que, sem sombra de dúvidas, que a coação física e moral existente anteriormente. A manipulação dos interesses da massa poderia ser feito em se utilizando fatores decisivos as suas vidas, tais como desemprego, fome, direitos e deveres, ou a partir da busca por esperança quando ela já não a tem.

Como Marx disse, a religião cristã veio para afugentar vagabundos e desenraizados. Gramsci concordaria neste ponto de forma que, para ele, seria mais rápida a agregação de uma alma desesperançosa em busca de melhoria para sua vida, do que de um burguês que tem posses e consegue manipular sozinho ou com seu grupo as decisões estatais.

A hegemonia que poderia ser vista apenas como aparelho da burguesia para difundir seus interesses perante o Estado, com o auxílio de instituições não-estatais e por meio da união das massas, pode dar a elas o lugar merecido nas decisões do governo. Entretanto, a de ser visto que, a instituição que faz a *caridade* de organizar as massas ajudando-as a conseguir colocar em evidência seus interesses, também tem seus interesses particulares em jogo. Assim, a massa está sujeita a agregar valores da instituição que lhe deu suporte e, desta maneira, ao lutar por seus interesses também briga por interesses alheios.

## 1.6 Resumo geral dos pensadores

Em relação aos autores estudados, pode-se fazer um quadro resumo para mais facilmente retomarmos suas teorias ao se fazer a contraposição entre teoria e dados históricos, identificando, desta maneira, as influências eclesiásticas existentes no caso mexicano.

Maquiavel	Utilização da Igreja por parte do líder para se estabilizar no poder.
-----------	---

Hobbes	A Igreja apresenta dificuldades para estabelecer o absolutismo. Requer uma força que a regule e a transforme em instrumento do Leviatã.
Locke	O ser humano é livre para fazer escolhas, mas necessita de um órgão que as controle para que não superem as decisões estatais. (magistrado).
Marx e Weber	Utilização do sentimento de crença e medo da punição para agregar interesses da sociedade. (Opiato e Carisma)
Gramsci	Igreja como aparelho hegemônico que poderá ser usado tanto pela classe dominada, como pela dominante e até mesmo como propagador de interesses próprios.

O quadro acima põe em evidência as principais características dos autores estudados, seguindo uma seqüência histórica, da mesma forma que serão utilizadas no estudo do caso proposto. As distintas formas de inserção da Igreja poderão ser vistas de forma mais clara na contraposição das teorias e do histórico no capítulo 3, mas, já poderão ser identificadas com mais facilidade no capítulo 2, na explanação de fatos históricos relevantes.

## 2 – A PRESENÇA DA IGREJA NA HISTÓRIA DO MÉXICO

Este capítulo fará uma abordagem histórica acerca da participação da Igreja na história do México, partindo de uma visão relacionada à colonização da América Latina em geral até o processo de independência das colônias, em especial, a independência do México, alcançando a história contemporânea, mas, principalmente, o momento no qual o Estado busca o rompimento com a instituição eclesiástica.

É inevitável abordar o caráter transnacional da Igreja que se refere à sua universalidade e ao seu constante direcionamento ao Vaticano, mas o campo a ser tratado, especificamente, diz respeito ao contexto histórico e institucional, bem como às suas influências, por ser o ponto de partida do estudo acerca de sua participação na formação do Estado mexicano.

O período abordado foi escolhido para tal estudo devido seu caráter decisivo na atual conjuntura estrutural mexicana contemporânea, tanto no âmbito político, como no social e no estrutural. Parte-se, então, do período da conquista do Novo Mundo, atingindo o Colapso do Império Asteca, no qual já é iniciada a colonização. Pretende-se demonstrar, ainda, os frutos de uma colonização com um evidente destaque do poder e preceitos eclesiásticos, para mais tarde fazer o estudo das conseqüências para a modernidade.

### 2.1 O colapso Asteca e a Cruzada Religiosa

O colapso do Império Asteca e a dominação Espanhola aconteceram de forma mútua. Consta o que, o colapso, ocorreu por volta do ano de 1521, época na qual ocorreu o descobrimento da América e, algum tempo depois, a colonizada. É importante destacar que, três anos após o ocorrido, houve a entrada de um contingente significativo de católicos no México e que, em algumas décadas, uma parte considerável de índios já estava convertida ao catolicismo. É questionável a relativamente rápida aceitação de uma nova doutrina por parte dos nativos; mas alguns estudiosos a explicam a partir do estudo do modo de vida asteca.<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup>BEALS, Ralph Carleton. *Bureaucratic Change in the Mexican Catholic Church: 1926 to 1950*. California: University of California, 1966, p. 35.



Segundo historiadores, o povo asteca era extremamente inovador, mas possuía em seus rituais práticas que envolviam o sacrifício humano para satisfazer os deuses. Eram politeístas e aguardavam a vinda de seu deus branco, o deus-rei. De acordo com os astecas, os europeus eram descendentes do deus-rei e, assim, o colonizador espanhol, Hernán Cortez, aproveitou-se de sua descendência e aliou-se ao povo que mais tarde sofreria a dominação. Os historiadores ressaltam, ainda, que a insatisfação de alguns astecas em relação às práticas religiosas também colaborou para a rápida colonização. Os rotineiros sacrifícios humanos traziam medo e, por isso se aliaram aos colonizadores e à nova crença por eles difundida<sup>38</sup>.

A colonização da América Latina foi colocada perante a sociedade mundial como uma Cruzada Religiosa,<sup>39</sup> ou uma extensão da “*verdadeira fé*” fazendo com que, assim, a exploração dos novos territórios tivesse melhor aceitação. Na conversão do povo e no ensinamento da doutrina cristã, foram utilizadas instituições como a *encomienda* e as *reducciones*, as quais contribuíram para modelar as sociedades. Assim, com a estrutura social moldada para facilitar a inserção dos colonos e dos ideais da Coroa, partiu-se para a dominação moral. A forma utilizada para coagir os nativos, difundir a cultura espanhola e buscar a construção de uma colônia a ser utilizada para o enriquecimento da Coroa, de forma que sua dominação fosse justificada, foi a Igreja e seus dogmas e ensinamentos. Alguns defensores da instituição chegaram a tratar o descobrimento da América como um desígnio da Divina Providência, cogitando, até mesmo, a beatificação de Cristóvão Colombo.<sup>40</sup>

As mudanças na estrutura social da Igreja vieram acompanhadas por uma substancial mudança política, econômica no México, de maneira que, as despesas responsáveis pela estabilidade da instituição empobreciam os povoados e contribuíam para o anticlericalismo.<sup>41</sup>

---

<sup>38</sup> Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Asteca>. Acesso em: 10/11/2005.

<sup>39</sup> BEALS, Op cit, p. 35.

<sup>40</sup> ROUQUIÉ, Alain. *O extremo-ocidente: Introdução à América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991, p. 191.

<sup>41</sup> BEALS, Op cit, p. 36.

Igreja e Coroa passaram a se unir para tentar inibir o crescimento da aristocracia local. A Igreja detinha o monopólio de acesso aos índios, enquanto a Coroa fazia suas manobras políticas acerca de seu poder administrativo. Isso foi válido até certo ponto, mas passou a ser desafiado pelas tensões do sistema colonial.<sup>42</sup>

Havia uma capacidade de absorver e adaptar aos elementos indígenas, a vida religiosa, além de uma *mexicanização* dos símbolos primários da instituição eclesiástica. Tais elementos foram utilizados para estreitar as diferenças raciais e viabilizar o catecismo dos nativos. Como exemplo, pode-se notar a crença na *Virgem*, a qual os índios mexicanos acolheram como *Guadalupe*, mais tarde reconhecida pelo Vaticano como padroeira do México e de toda a América.<sup>43</sup>

Conta-se que a Virgem apareceu a um índio colonizado e catequizado no México, no ano de 1531. O índio recorreu ao bispo para que fosse construída uma Igreja em honra à glória de Deus, mas lhe foi pedida uma prova da aparição. A prova apresentada ao bispo foi em um pano que lhe fora levado com flores, o qual apresentava a imagem da santa.<sup>44</sup>

Abstraindo o caráter lendário da aparição da Virgem, é fato que os relatos de sua aparição coincidiram com o momento histórico da colonização e, a evangelização no México, que antes era lenta e difícil, passou a ser rápida e eficaz, pois conseguiu reduzir as lembranças do passado asteca e de suas superstições bárbaras.<sup>45</sup>

## 2.2 Independência e o Início Formal do conflito Igreja x Estado

A independência do México se deu no mesmo período de outras colônias latino-americanas e foi justificada pelos principais motivos que desencadearam as demais. A exploração da colônia em benefício da Coroa foi ponto de partida para o efeito dominó em referência ao modelo de exploração colonial. Outras características trouxeram um caráter individual a cada uma delas, mas a essência

---

<sup>42</sup> Ibidem, pp.36-37

<sup>43</sup> Ibidem, pp.40-41.

<sup>44</sup> Disponível em: <http://brazil.skepdic.com/watsonville.html>. Acesso em: 25/11/2005.

<sup>45</sup> Disponível em: <http://brazil.skepdic.com/watsonville.html>. Acesso em: 25/11/2005.

seria o distanciamento da Coroa e a busca pela auto-afirmação e desenvolvimento de novas nações.<sup>46</sup>

Acerca da inserção da Igreja nesta fase, pode-se dizer que, mesmo após a independência das colônias, a América Latina manteve em evidência a herança de seu passado ibérico e colonial e, a essa instituição continuou a receber adeptos. Embora a tradição a fizesse ser controlada pelo Estado, a idéia de separação da metrópole colocou em evidência a riqueza, a influência e os privilégios da mesma, dando-a um caráter de centro rival de lealdade, que se configuraria como um poder alternativo e uma fonte de renda alheia aos desígnios estatais.<sup>47</sup>

A essa época, o papado foi pressionado a não reconhecer a independência dos novos países da América Latina, provocando desconfiança de seus habitantes, além de proporcionar uma crise interna na Igreja.<sup>48</sup>

No século XIX, os reis passaram a reivindicar o *padronato*<sup>49</sup> e após várias discussões, resolveram a controvérsia com a separação entre a Igreja e o Estado.<sup>50</sup> Assim sendo, a Igreja não mais teria o direito de interferir nas decisões estatais e nem o Estado o direito de intervir nas decisões da Igreja. Entretanto, a separação que daria liberdade à Igreja veio a enfraquecer esta instituição, visto que seus interesses não estavam mais inseridos nas decisões estatais. Tal desestruturação e enfraquecimento foram evidentes no México entre 1822 e 1840, quando sua arquidiocese permaneceu vaga, não dispondo de alguém que falasse em nome da Igreja e continuasse fazendo sua campanha.<sup>51</sup>

A desestruturação da Igreja não se conteve no nível moral, atingindo, ainda, seu patrimônio econômico, fazendo com que ele diminuísse drasticamente. No México, o governo liberal, por entender que os bens e a renda da Igreja fossem uma receita legítima do Estado e que o seu enriquecimento proporcionava o empobrecimento dos povoados, tentou limitar a independência fiscal das

---

<sup>46</sup> BEALS, Op cit, p.43.

<sup>47</sup> BETHELL, Leslie. *História da América Latina, volume IV: de 1870 a 1930*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001. p. 415.

<sup>48</sup> Ibidem, p.416.

<sup>49</sup> No Brasil, é chamado de padroado e refere-se ao direito do rei de conferir os benefícios eclesiásticos.

<sup>50</sup> BETHELL, Op cit, p.416.

<sup>51</sup> Ibidem, pp.416-417.

corporações eclesiásticas retirando da instituição a sanção do governo à cobrança do dízimo.<sup>52</sup>

Embora a Igreja se mostrasse temporariamente enfraquecida devido sua dependência dos subsídios do Estado e da contribuição dos fiéis, o Estado tinha um caráter ainda mais fraco e, assim, buscava meios para controlar e tributar a Igreja. Esta tentativa de controle passou a se destacar com o advento da política liberal, a qual zelava pelos princípios liberais inclusive aquele que vinculava o progresso da América Latina à quebra de privilégios corporativos e à libertação de preceitos do passado. Em termos gerais, a adoção dos novos princípios excluiria a Igreja de exercer uma soberania que somente uma nação pode exercer. No México, os jovens liberais acreditavam que a Igreja constituía um grande obstáculo tanto para a construção da nação, como para suas ambições econômicas e sociais.<sup>53</sup>

A quebra das relações entre Igreja e Estado significava não apenas o abandono de um passado colonial e de exploração, mas também um rompimento com a legitimação da autoridade da Coroa, uma vez que a Igreja apresentou-se como justificativa para exploração e instrumento de dominação. Como havia perdido um apoio para sua expansão, a Igreja buscou na aliança com a elite conservadora local, esta vertente política tinha na sua ideologia traços do catolicismo e, além disso, acreditava que a irracionalidade humana criava a necessidade de um governo forte e que fosse apoiado pelas sanções da religião. Assim, a coerção da religião acalmaria a tendência ao anarquismo e ao conflito interno da população.<sup>54</sup> Mas, embora conseguisse apoio dos conservadores, o governo liberal prezava pela redução extrema dos privilégios eclesiásticos.<sup>55</sup>

Em contrapartida à secularização e aliada à idéia do apoio das massas, de forma que conseguissem difundir seus preceitos mesmo que houvesse determinações contrárias dos liberais, a Igreja deu um passo em busca de sua afirmação dentro da sociedade.<sup>56</sup>

---

<sup>52</sup> BETHELL, Op cit, p. 417.

<sup>53</sup> Ibidem, pp. 417-418.

<sup>54</sup> Ibidem, p.419.

<sup>55</sup> BEALS, Op cit, p.46.

<sup>56</sup> BETHELL, Op cit, p.419.

No processo de reforma e evangelização renovada, o qual teve maior retorno da população rural, os novos padres difundiam ideais hostis contra o liberalismo, insistiam que os fiéis assistissem regularmente à missa e a receber os sacramentos, davam aulas de catecismo, além de colocar ênfase na prática da Quaresma e de colocar no povo uma consciência de pecado que provocava vergonha e temor a Deus. Assim, com a base da religião mais forte, foi construído um catolicismo mais fervoroso. Além de orientadores espirituais, os padres eram, também, a fonte de informação e de cultura entre a população pobre da zona rural.<sup>57</sup>

### 2.3 Grupos religiosos alheios à Instituição Igreja

Os indígenas e os camponeses mexicanos, embora tenham sido explorados e negligenciados pelos colonizadores durante a inserção dos mesmos no território latino-americano, tomaram o lado de apoio às bases da Igreja, mesmo que esta não lhes promettesse nem apoio ou padres às suas comunidades distantes. Eles preferiram aceitar a legitimidade da autoridade do clero que a dos funcionários civis e dos políticos. Havia dificuldade em se achar uma identidade com a nova república ou alguma consciência da identidade nacional pelo fato da maioria das massas, principalmente a que se refere aos camponeses, terem sofrido, assim como a Igreja, os ataques e as ameaças da política liberal.<sup>58</sup> Política esta que passava a contradizer alguns de seus ideais pelo fato de estar restringindo a liberdade de crenças. Mas, entende-se a reformulação da mesma pelo fato da liberdade ser em relação à Coroa e esta e a Igreja estarem intimamente ligadas no que se referia à colonização do México.

É importante remarcar que, embora as elites e aqueles que aspiravam um dia chegar a ela tentassem a todo custo reformar o Estado baseando-se na secularização, as massas demonstravam, ao menos aparentemente, sua preferência pelas crenças antigas.<sup>59</sup> Isso gerou conflito ideológico e se reflete ainda hoje na contradição existente entre as crenças nacionais e as determinações políticas acerca da religião no país.

---

<sup>57</sup> Ibidem p.422.

<sup>58</sup> Ibidem, pp. 427-428.

<sup>59</sup> BETHELL, Op cit, pp.418.

A união dos leigos da sociedade intencionava a concretização dos seus interesses comuns na sociedade. De uma maneira ampla, eles tinham como base uma organização de estrutura eclesiástica, criada e administrada por leigos para leigos, gerados a partir de agrupamentos como dioceses ou paróquias, com organizações próprias.<sup>60</sup>

Na América de colonização espanhola, houve o destaque das *confradías*, também conhecidas como confrarias ou irmandades. Eram, em resumo, organizações leigas criadas por diferentes grupos sociais em prol da organização de atividades religiosas comunais, principalmente as festas em culto a Nossa Senhora. Dentro das confrarias, não era permitida a interferência de padres ou bispos, principalmente no que se tangia aos assuntos financeiros e estruturais. Quando a presença de algum deles fosse necessária, eram chamados e seus serviços eram devidamente pagos. Tal independência em relação à Igreja provocou tensão, pois as mesmas reclamavam a jurisdição máxima no que dizia respeito à religiosidade. Em contrapartida, a Igreja iniciou uma série de críticas às irmandades, mas não obtiveram muito êxito. Logo, a Igreja, que necessitava de uma auto-afirmação dentro do território que estava perdendo para as forças políticas, perde mais uma força que lhe poderia ter servido como instrumento para difundir interesses.<sup>61</sup>

Pode ser notado, principalmente, após o aparecimento das confrarias, que o povo via a Igreja como um refúgio para se redimir de seus pecados. Embora se mostrassem bastante fervorosos não se sentiam na obrigação de seguir compromissos pascais e nem freqüentar missas. Existe um relato curioso acerca do descompromisso com os preceitos católicos no livro de Oscar Lewis, onde um rapaz chamado Manuel faz o seguinte relato: *“Continuei católico, porque não me senti forte o bastante para obedecer aos mandamentos e cumprir as regras rígidas dos evangelistas. Já não poderia deixar de gostar de fumar, de jogar ou de fornicar...”*<sup>62</sup>.

---

<sup>60</sup> Ibidem, p. 428.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 429.

<sup>62</sup> BEALS, Op cit, p. 441. (Oscar Lewis, The Children of Sánchez, New York, pp. 332-333).

Ora, se o evangelismo e o catolicismo são duas vertentes do cristianismo, logo elas seguem a mesma bíblia. E, por mais diferentes que sejam as interpretações, a essência seria a mesma.

Pode-se entender a partir disso que, a inserção do protestantismo rendeu um maior compromisso em relação às determinações religiosas por parte da população que a inserção do catolicismo. O descompromisso visto na sociedade latino-americana pode ser explicado a partir da dificuldade da Igreja de se organizar perante a secularização constante.

O surgimento dos grupos alheios à Igreja é ponto de discussões entre historiadores e teólogos, visto que é cogitada a existência de um “*catolicismo popular*”, o qual seria fruto da insatisfação das massas diante da predileção da Igreja para com os centros urbanos e suas elites e do enriquecimento baseado em donativos da sociedade.<sup>63</sup> Embora não tenha sido inventada uma nova religião e as pessoas das irmandades seguissem preceitos determinados pela Igreja e não autônomos, houve uma adaptação das culturas religiosas populares àquelas tradicionais da Igreja.<sup>64</sup>

Fala-se da anticlericalidade das organizações populares, mas analisando-se a história da América Latina, em geral, demonstra que as mesmas foram criadas não essencialmente em oposição à Igreja, mas devido à falta de padres. E, há de se destacar que, não eram exclusividade de uma ou outra classe social. Pode-se ver a sua existência tanto nos grupos de camponeses, como nos grupos urbanos, nos grupos clérigos e nos leigos. O fato de ter sido mais evidente entre os pobres é devido à necessidade óbvia de recorrer aos santos em detrimento do Estado e da própria Igreja que os deixava sem amparo político e religioso, ao contrário da elite que estavam mais propensos a recebê-los.<sup>65</sup>

---

<sup>63</sup> Ibidem, p. 44.

<sup>64</sup> BETHELL, Op cit, p.443.

<sup>65</sup> BETHELL, Op cit., p.444.

## 2.4 Igreja versus Estado no México

Existem variações das relações entre Igreja e Estado nos vários países da América Latina que podem ser explicadas a partir de fatores que envolvem as histórias e tradições nacionais distintas e as diferentes formas de construção estatal e, ainda, as variações dos tipos de governo e a natureza de suas crenças. Mas o fator que mais se destaca é o poder e a riqueza relativos à Igreja. A instituição provocou inveja e deu margem ao anticlericalismo nos países ou regiões nos quais ostentava riqueza e força política, de maneira conflituosa e dura. Nos países pobres, onde a Igreja tinha uma estrutura fraca, também houve a perda de privilégios sem chances de defesa e sem grandes conflitos. Em alguns poucos países, houve o equilíbrio de poder.<sup>66</sup>

No México, em especial, a Igreja tinha uma estrutura mais forte que a do Estado e os padres tinham mais privilégios que os políticos. As relações entre os dois lados do poder foram resolvidas por meio de guerras. Entre 1874 e 1910, o governo do México legitimou formalmente a Constituição de 1857 que separava legalmente a Igreja do Estado, impondo-a uma série de restrições.<sup>67</sup>

Partindo da política liberal clássica, surgiram Leis de Reforma para instaurar um Estado alheio aos benefícios dados à Igreja. Em 23 de novembro de 1855, a Lei Juárez foi instituída com o intuito de abolir a imunidade dos clérigos; já no dia 25 de janeiro de 1856, a Lei Lerdo ou Lei de Desamortização obrigou as organizações eclesiais a abrirem mão de suas propriedades, que seriam vendidas aos colonos ou em hasta pública. No ano seguinte, os liberais que compunham em maioria o Congresso Constituinte, o qual não tinha um setor que representasse a opinião católica, estabeleceram a liberdade de imprensa e de expressão, proibiram o clero de se eleger para o Congresso, permitiu a intervenção do governo ao culto e confirmou as leis já criadas.<sup>68</sup>

O papado não considerou o fato de a Lei Lerdo não ter retirado as riquezas da Igreja, mas apenas ter transformado suas terras e riquezas em capital e hipotecas. Em função disso, o país partiu para a guerra civil entre a religião e a

---

<sup>66</sup> Ibidem p.453.

<sup>67</sup> BEALS, Op cit, p. 49.

<sup>68</sup> BETHELL, Op cit, p.471.



reforma, que durou de 1858 a 1860. A Igreja teve de usar seus recursos para entrar na guerra e saiu dela bastante enfraquecida de forma que, em 1859, teve suas propriedades nacionalizadas, houve a separação oficial do Estado e a supressão de todas as ordens religiosas do sexo masculino. Após a vitória, os liberais secularizaram as instituições de ensino, os hospitais e as instituições de caridade.<sup>69</sup>

Embora o Estado já tivesse conseguido a separação da Igreja das decisões políticas e reduzido suas posses, o governo, que era composto pela elite liberal mexicana que temia o enriquecimento da Igreja e a dominação física e moral espanhola, demonstrava ser ostensivamente anticlerical, não se satisfazendo apenas com a separação e partindo para o ataque às funções religiosas. Assim, expulsaram as irmãs de caridade, incorporaram todas as Leis da Reforma à Constituição e, ainda, reafirmaram as leis anticlericais sobre a propriedade, a educação, as vestes dos clérigos e a realização de atividades religiosas fora das igrejas.<sup>70</sup>

Como reação a esta ação ostensiva contra a Igreja, os bispos protestavam vigorosamente e censuram como podiam aqueles que de alguma forma aderiam às leis anticlericais e, ainda, pediam alguma posição dos católicos de modo que representassem uma contraposição passiva contra tais leis, mas a parte conservadora do catolicismo procurou como alternativa fazer alianças com as facções dissidentes do liberalismo vigente ou realizando pequenas rebeliões armadas, que foram conhecidas como *Religioneros*, das quais participavam alguns membros do clero e camponeses.<sup>71</sup>

Em 1926, uma destas rebeliões, em tentativa falha, buscou recuperar os poderes da Igreja e seus privilégios perdidos após a Constituição de 1917. A hierarquia eclesiástica tornou-se mais frágil e, novas perspectivas ideológicas foram adotadas, tão bem como sua estrutura organizacional. Explica-se que o insucesso de restauração da autonomia da Igreja dentro do Estado mexicano

---

<sup>69</sup> Ibidem, p.472.

<sup>70</sup> Ibidem, p. 473.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 473.

resultou da irreversível modernização que ocorria tanto no México, quanto no resto do mundo.<sup>72</sup>

Falhas as tentativas de estes pequenos grupos atingirem o Estado, entra em ação Porfirio Díaz, o grande árbitro, com sua crença de que a paz para se governar só seria alcançada com o apoio católico.<sup>73</sup> Embora não demonstrasse suas preferências ou crenças religiosas no governo por haver a proibição da lei, Porfirio difundiu a política de tolerância demonstrando sua essência plausível em relação à consciência individual. Esta demonstração de tolerância, além de ser fruto das crenças pessoais de Porfirio, também demonstrava o seu teor político, pois se via a evidente tentativa de acalmar a hostilidade da Igreja e de seus seguidores em relação ao Estado e ao regime vigente. Desta forma, o anticlericalismo continuou vigente e os católicos poderiam sair da clandestinidade sem serem incisivamente perturbados, pelo fato de haver Porfirio no intermédio das situações.<sup>74</sup>

As possibilidades de readquirir vantagens possibilitaram à Igreja a retomada de privilégios que o anticlericalismo proibia. Demonstração disto foi a Coroação da Virgem de Guadalupe em grande evento, em 1895, com um encontro que reuniu bispos, padres e leigos que buscavam explicitar a unidade do México em relação da grandeza moral do seu povo cristão.<sup>75</sup>

Desta forma, a Igreja tentava se ajustar à secularização do Estado e promoveu seu desenvolvimento independente, modernizando suas instituições e seus recursos, aumentando o número de padres e melhorando sua formação e exigindo um maior compromisso dos leigos. É importante remarcar a elevação de seminários ao caráter de universidades ou faculdades, de forma que tivessem autoridade de conceder diplomas e, assim, inserir-se em outro campo da sociedade, ou seja, o campo daqueles que detêm a oportunidade de estudos, Esta afirmação da Igreja, veio a lhe configurar como agente social, abrindo-lhe espaço

---

<sup>72</sup> BEALS, Op cit, p. 39.

<sup>73</sup> CHEVALIER, François. *América latina: De la independência a nuestros dias*. México: Editora Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 514.

<sup>74</sup> BETHELL, Op cit, pp.473-474.

<sup>75</sup> Ibidem, p.474.

para debater sobre assuntos relativos aos deveres do capital, aos direitos do trabalho e ao papel do Estado.<sup>76</sup>

Embora a Igreja tenha conseguido a essa época recuperar alguma parte dos privilégios perdidos, estes não poderiam ser comparados àqueles que ela detinha no período anterior a 1856. Exemplo disto foi a decisão tomada no Quinto Concílio Provincial Mexicano a qual se referia ao extremo afastamento dos padres de todos os assuntos em que a Igreja permitia a liberdade de opinião.<sup>77</sup>

Assim, tendo o Estado o controle da situação e a extrema secularização das tradições da sociedade, a religião deixou de ser questão de hábito e passou a ser mais uma questão de escolha. Isto ocasionou uma queda no número de católicos propriamente ditos, mas fez com que se continuasse a haver o lado espiritual pelo qual prezavam as confrarias.<sup>78</sup>

Em resumo, as confrarias foram uma maneira da população excluída das decisões estatais se manifestarem em forma de grupo e em se utilizando de uma característica em comum, que era a religiosidade. As massas compostas por camponeses, os índios e os crioulos buscaram na religião a fuga e a força para demonstrar seus interesses ao Estado que demonstrava estar em meio a um conflito ideológico de liberais, conservadores e as influências da Coroa.<sup>79</sup>

A antirreligião dos liberais era apenas uma tentativa de desenraizar as influências que o passado colonial e a Espanha ainda ofereciam, além da tentativa de modernização do Estado, em detrimento do conservadorismo que transformava esta em uma tarefa lenta. Desfanatizar as massas foi uma tarefa complicada e não muito bem sucedida. Se foi conseguido que a Constituição levasse traços da política liberal tanto esperada, o mesmo não pode se dizer da erradicação da religião da população de base. Mais que uma atitude anárquica como pensava a elite liberal, a união em torno do ideal religioso pode reforçar os interesses de classes. Isto pode ser notado nos acontecimentos posteriores ao estabelecimento da Constituição de 1917. As subseqüentes revoltas e revoluções tiveram a

---

<sup>76</sup> BETHELL, Op cit, pp.419-421.

<sup>77</sup> Ibidem, p.474.

<sup>78</sup> Ibidem, p.475.

<sup>79</sup> CHEVALIER, Op cit, pp. 444-445.

participação da classe menos favorecida demonstrando a união em busca de seus interesses.<sup>80</sup>

## 2.5 A expressão da Igreja no passado contemporâneo do México – A Rebelião Zapatista

A Rebelião Zapatista ocorrida em Chiapas em janeiro de 1994 foi liderada pela organização EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional). Os zapatistas lutavam contra a falta de democracia no México, a repressão sistemática das comunidades indígenas pelos proprietários de terras, pelo Exército, pelas autoridades locais e pela polícia; denunciavam as medidas neoliberais do campo e a assinatura do acordo do NAFTA.<sup>81</sup>

As autoridades bombardearam as áreas rebeladas, mas por haver o apoio maciço das comunidades indígenas de Chiapas, viram-se forçados a se retirar e estabelecer negociações.<sup>82</sup>

Embora a mídia declarasse que o movimento fosse inspirado pela teologia da libertação e dirigido pelos jesuítas, além de citar o Monsenhor Samuel Ruiz, Bispo de San Cristóbal de las Casas (em Chiapas) como “guerrilheiro de Deus”; diz-se que tais suposições são falsas.<sup>83</sup>

Monsenhor Ruiz era fortemente influenciado pela teologia da libertação, a qual veio a colocar na parcela de excluídos da sociedade latino-americana um sentimento de libertação ante os preceitos da dominação e a qual celebra Cristo como profeta revolucionário. Seguindo essa ideologia, fez um minucioso trabalho de educação pastoral, auxiliado por jesuítas, dominicanos, e ordens religiosas femininas. Os agentes pastorais, mais que catequizar, ajudavam na conscientização da população e na sua organização para que lutassem por seus direitos, em especial, pela recuperação de terras. Por essa notável agitação que os índios passaram a evidenciar, como era notada tanto pelas autoridades

---

<sup>80</sup> CHEVALIER, Op cit, pp. 445

<sup>81</sup> LÖWY, Op cit, p.211.

<sup>82</sup> Ibidem, p.211.

<sup>83</sup> Ibidem, p.211.

mexicanas como pelos criadores de gado de Chiapas, foi solicitada a remoção do bispo durante a visita do Papa João Paulo II. Em contrapartida, Monsenhor Ruiz entregou ao papa queixas e demandas dos povos indígenas da sua diocese. Em meio ao duplo pedido, a vontade das autoridades e dos criadores de gado foi atendida, sendo então, o Monsenhor Ruiz intimado a pedir demissão. Entretanto, na mesma época que o mesmo recorria à decisão, estourou a Rebelião Zapatista e ele foi chamado como mediador para negociar com o EZLN.<sup>84</sup>

Como mediador, o ex-bispo, sofreu acusações de participação na revolta, às quais ele respondeu insistindo que a Igreja não estava associada à rebelião. Mas, embora fosse declarado que nem os jesuítas, nem os demais grupos religiosos haviam promovido a rebelião; é evidente que a conscientização e o estímulo para a organização trouxe à tona uma nova cultura político-religiosa dentro de uma parte significativa da população indígena.<sup>85</sup>

Após essa rebelião, seguiram-se vários outros focos revolucionários, de milhares de índios apoiados por suas comunidades numa nova consciência social e política, dando mais ênfase na crença da organização das massas em prol de seus interesses. Essa organização remete àquela referente ao pensamento marxista da união das massas em torno de uma ideologia o qual será tratado no próximo capítulo.

Pode-se ver com este relato, que houve uma agregação de interesses antes difusos, de certa forma, com uma forte participação da Igreja figurada por Monsenhor Ruiz. Embora a Igreja, como instituição, já tivesse perdido forças políticas há algum tempo no território mexicano, os preceitos cristãos para união das classes subalternas para que se unissem em busca de melhorias e de direitos que não possuíam, como a igualdade, são vistos no desenrolar deste movimento. É possível, ver por este relato mais atual, que a participação de preceitos católicos são frutos de uma forte participação da Igreja no passado mexicano. Determinadas crenças foram tão bem difundidas que as políticas liberais não conseguiram apagá-las com o decorrer dos anos.

---

<sup>84</sup> LÖWY, Op cit, p.212.

<sup>85</sup> Ibidem, p.213.

No próximo capítulo, as demais influências serão melhor evidenciadas e explicadas, mas vê-se após o estudo do contexto histórico, mesmo antes da análise teórica que, as participações são evidentes e indiscutíveis. Algumas participações mais intensas e visíveis e outras mais discretas, mas a Igreja exercer participação e modificação na política e na sociedade mexicana são fatos marcantes.

### 3 – RETOMANDO OS PENSADORES PARA ANÁLISE HISTÓRICA

Este capítulo faz, por fim, uma retomada do debate teórico acerca das relações entre Igreja e Estado, mas desta vez analisando a história da mesma relação no México.

Será feito um reconhecimento das características destacadas em cada um dos autores para analisar a realidade da trajetória das influências eclesiais no decorrer da história mexicana.

A abordagem dos autores seguirá a mesma seqüência que eles foram estudados no Capítulo 1 e tem por objetivo utilizar-se dos fatos mais marcantes para cada autor. Desta forma, serão ressaltados os principais pontos do envolvimento da Igreja no território mexicano, dando pareceres teóricos para tais eventos.

#### 3.1 A análise de Maquiavel sobre a relação Igreja x Estado no México

A análise de Maquiavel traz como ponto principal para este estudo as influências da Igreja e da religião para o aquele que almeja se tornar um líder, explicitando as maneiras mais eficientes de se chegar ao poder por meio da religião e suas ideologias. Neste caso, fazia uma crítica àqueles que obtinham tal cargo utilizando-se da religião visto que o sucesso obtido por mérito ou *fortuna*. A crítica de Maquiavel acerca da obtenção do cargo do príncipe se aprofunda ainda mais e fica mais clara no caso do México quando ele fala da necessária subordinação da Igreja e de quaisquer outras instituições à política, de modo que os preceitos políticos prevalecessem ante as demais morais difundidas.<sup>86</sup> Assim, a teoria de Maquiavel apoiaria a dominação do México a partir dos preceitos católicos, mas reprovava a constante inserção instituição eclesial nas decisões estatais. Para ele, a separação da Igreja do Estado mexicano traria mais benefícios e se adequaria a um modelo de dominação que alcançaria sucesso, ao contrário daquele que continha claras influências do catolicismo.

---

<sup>86</sup> MAQUIAVEL, Op cit, p. 81.

É certo que sua teoria defendia o uso legítimo dos preceitos divinos para manipular o povo, mas a partir do momento que os preceitos passassem a influir nas decisões estatais, como ocorreu no caso estudado, era preferível que tentasse uma separação, assim como ocorreu.

No momento da colonização pode-se notar, ainda, a extrema utilização dos valores inerentes aos poderes superiores para legitimar a dominação. Assim, a dominação foi facilitada, pois seria muito mais difícil se contrapor a valores divinos que aos valores terrenos.

Maquiavel fala ainda da ausência de conflito a partir do momento que Deus é tomado como ponto de partida para todas as decisões.<sup>87</sup> Essa parte da teoria não foi bem analisada visto que não se colocou em questão o fato de ser a elite que manipularia as decisões estatais e, no caso do México, por exemplo, estando a elite insatisfeita com a dominação espanhola e reconhecendo a Igreja como seu instrumento, logo entraria em conflito para proclamar a independência e restringir os poderes eclesiásticos. A teoria não pode ser aplicada neste ponto. Ele não esperava que surgisse uma classe que se mostrasse mais forte que a estrutura do Estado, que sobrepujasse as decisões estatais, estas advindas dos preceitos religiosos, para estabelecer uma nova ordem. Nos estudos de Maquiavel, a elite seria sempre a classe dominante e que teria seus interesses protegidos pelo príncipe. No caso Mexicano, a classe dissidente foi justamente a elite liberal, enquanto as massas enfraquecidas buscavam apoio espiritual nas doutrinas católicas, para mais tarde buscar seus interesses.

Embora a tenha havido a separação da Coroa e, em seqüência, a separação do Estado mexicano da Igreja, são vistos ainda hoje resquícios do grande empenho para manipular as crenças dos antigos povos. A população mexicana é, ainda, essencialmente católica; fato que comprova que, mesmo tenha havido a separação, os povos mantiveram as crenças que lhes foram ensinadas pelos europeus e temiam a Deus caso essas crenças fossem abandonadas.

---

<sup>87</sup> MAQUIAVEL, Op cit, p. 83.



A análise da teoria maquiavélica mostra algumas lacunas, pois o autor não traz o debate sobre a organização das massas em torno de uma ideologia, apenas sobre a utilização da mesma por parte da classe dominante.

### 3.2 A visão de Hobbes no caso mexicano

No Estado hobbesiano, o absolutismo é característica principal, de modo que ele não aceitaria que houvesse influências de uma instituição alheia ao mesmo, pois se tais influências existissem, colocariam em questão as decisões e poderes estatais.<sup>88</sup> Hobbes diria, então, que na trajetória mexicana houve falha no momento em que a Igreja passou a dispor de direitos e exercer influências em detrimento do Estado.

O caso mexicano comprova o que a teoria de Hobbes acerca do surgimento de conflitos caso o Estado admitisse a existência de poderes distintos da soberania civil.<sup>89</sup> Para ele, os liberais, ao contrário de tentar expulsar a Igreja dos acontecimentos políticos, deveria ter agregado a Igreja ao Estado. Desta forma, haveria a entrega da autoridade religiosa ao soberano, já que este manipularia a Igreja.

Com a Igreja pertencendo ao Estado e sendo coordenada pelo soberano, a religião poderia ser usada como instrumento de manipulação e convencimento da população, de forma que o ato de se rebelar contra o soberano equivaleria a se rebelar contra Deus.<sup>90</sup> Este caso reflete ao contexto histórico do conflito de separação do México da Coroa, pois evidencia que o apego da população aos preceitos trazidos pelos colonos remetia a uma devoção religiosa e moral, fazendo com que houvesse classes dissidentes e que não apoiassem a independência. Para essas classes, os liberais estavam se rebelando contra Deus.

Hobbes acreditava que, embora o absolutismo tivesse perdido forças no decorrer da História, a utilização de preceitos morais para justificação de decisões

---

<sup>88</sup> MONTEIRO, Op cit, p.16.

<sup>89</sup> Ibidem, p.16.

<sup>90</sup> Ibidem, p.16.

estatais continuava existindo.<sup>91</sup> No México, por exemplo, os preceitos morais e religiosos do povo permanecem até hoje. Fato interessante dentro um Estado laico. Vê-se que a conquista e a organização das massas após a independência resultando na formação do EZLN tiveram uma base bem concreta, de modo que anos governo liberal não conseguiram suprimir as crenças populares. E, mais que crenças populares, entende-se, a partir do contexto, que os ideais cristãos também foram bem difundidos, fazendo com que a população se unisse em prol da liberdade e da igualdade que Cristo pregava.

A extensão da “verdadeira fé<sup>92</sup>” da qual Hobbes fala é utilizada em dois pontos bastante evidente dentro da história mexicana. Primeiramente à época da colonização e, em segundo lugar, nos acontecimentos que precederam a Rebelião Zapatista. Em ambos os casos, houve um forte catecismo do povo, primeiro para fazê-los deixar as velhas culturas e permitir uma aproximação mais rápida da cultura espanhola, e no segundo caso, para difundir conceitos de liberdade e de igualdade inerentes à religião para fazer com que os preceitos da Igreja fossem resgatados perante o domínio da elite liberal.

Para Hobbes, refutar a palavra divina seria uma atitude mal vista,<sup>93</sup> e, de acordo com seu pensamento, a maioria da população mexicana, permanece católica até hoje por medo de ir contra os preceitos divinos e sofrer Sua ira.

### 3.3 E o que Locke diria sobre este caso?

De acordo com Locke, as pessoas detinham a capacidade de escolher entre o bem e o mal, mas estariam suscetíveis a passar pelo julgamento divino no dia do Juízo Final. Embora ele evidenciasse que existisse esta liberdade de escolha para os seres humanos, a subserviência a Deus era evidente. Porém, a liberdade e racionalidade levariam a escolhas individuais e isso provocaria distúrbios na ordem civil, um problema que afetaria a estabilidade Estatal. Logo, seria necessário que houvesse uma instituição que “superasse a parcialidade voluntariosa do juízo pessoal”. Para Locke, esta instituição seria o magistrado e

---

<sup>91</sup> MONTEIRO, Op cit, p.18.

<sup>92</sup> Ibidem, p.16.

<sup>93</sup> HOBBS, Thomas. Op cit, p. 275.

teria autoridade civil poderia fazer qualquer tipo de resolução conflitual desde que não fosse contra Deus.<sup>94</sup>

Dentro do caso mexicano, Locke criticaria a não existência de uma instituição como o magistrado que pudesse regular o distúrbio que foi o aparecimento de ideologias distintas às do Estado.<sup>95</sup> Caso existisse, as regras do magistrado seriam respeitadas e a preservação da sociedade buscada. Mas o surgimento de ideologias distintas às do governo geraram distúrbios tanto no momento da inserção liberal no poder, como nos momentos de reivindicação da população excluída.

Ele veria os liberais mexicanos como um tipo de grupo revolucionário que buscavam o controle estatal. Os liberais, por irem contra a liberdade de religião e contra as determinações do Estado, estariam fazendo uma tentativa de estabelecer interesses de uma classe particular. Esta tentativa seria aceita por Locke se eles estivessem defendendo o direito de propriedade, o qual se referia ao seu preceito de liberdade humana e que o governo não priorizava. Mas eles foram contra o governo em benefício de um bem particular, que seria o crescimento da elite local e seu estabelecimento no governo. Esta reação ao governo que, para Locke, protegia o direito de propriedade, seria inadmissível.

Locke vê, ainda, a religião como um instrumento a ser utilizado pela sociedade para demonstrar suas vontades, de modo que fossem seguidos todos os preceitos e dogmas religiosos.<sup>96</sup> Desta forma, ele apoiaria a utilização da sociedade, principalmente na Rebelião Zapatista. O que ele criticaria seria a não existência de um magistrado que pudesse regular essa liberdade de crenças, impossibilitando que pudesse ser evitado o conflito. O povo teria liberdade de escolha tendo-se por base que até mesmo os direitos e deveres políticos seriam derivados da vontade divina. Logo, para ele, quaisquer poderes seriam legitimados tendo-se como ponto de partida a ordem divina. É neste ponto que se encontra legitimada a ação do Monsenhor Ruiz nos acontecimentos que

---

<sup>94</sup> DUNN, Op cit, p.42.

<sup>95</sup> Ibidem, p.48.

<sup>96</sup> Ibidem, p.48.

resultaram na constituição do EZLN e que se vê a falha na instituição de um Estado alheio às leis divinas.

Para Locke, bastava que os homens reconhecessem na autoridade política, as providências divinas que suas ordens seriam legitimadas; <sup>97</sup> assim como ocorreu na dominação espanhola.

### 3.4 “Opiato” e Carisma – Marx e Weber no contexto mexicano

Na retomada destes autores nota-se conceitos marcantes de serem identificados dentro do contexto histórico por eles serem antes de tudo voltados para a análise da sociedade.

O notado surgimento do cristianismo revolucionário e da teologia de libertação na América Latina levanta debates que põe em evidência o pensamento marxista em relação à religião. A inserção cada vez maior de cristãos, inclusive padres e religiosas, nas lutas e revoltas populares vieram a modificar o pensamento pré-marxista. Desta forma, houve uma certa atualização do marxismo, que não mudou suas bases, mas foi se adequando aos novos acontecimentos que surgiam com a modernidade. <sup>98</sup>

A mudança no pensamento dos cristãos no México também ocorreu em outros países latino-americanos e trouxe à tona lutas sociais de um setor significativo da Igreja em prol dos pobres e da luta por uma sociedade nova. O marxismo explica essa transição dos cristãos em prol de um setor menos favorecido a partir da conhecida frase: “a religião é o ópio do povo”. <sup>99</sup> Marx leva em consideração a dualidade de dada expressão por crer que a religião pode servir tanto como um refúgio para aqueles que sofrem, como a legitimação de condições existentes, ou seja, a religião acolheria e daria suporte espiritual para alcançar a paz interior, mas também legitimaria determinadas ações. <sup>100</sup>

Dentro da história mexicana, o opiato pode ser visto desde o período colonial até os dias atuais. Para se colonizar, era preciso embriagar a população

---

<sup>97</sup> DUNN, John. Op cit p.48.

<sup>98</sup> LÖWY, Op cit, pp.11-12.

<sup>99</sup> Ibidem, p.12.

<sup>100</sup> Ibidem, pp. 13-14.

asteca com os novos costumes e preceitos, além de fazer com que eles dessem abertura para a inserção de uma nova cultura. Desta forma, o refúgio antes os sacrifícios humanos e a promessa de uma vida eterna lhes serviria como ópio para apaziguar a dor e render uma facilitada na investida da Coroa.

Com o passar dos tempos, houve a mudança do papel da Igreja quando os liberais evidenciaram o papel forte da mesma nas atividades de dominação e colonização, além de demonstrarem o grande acúmulo de capital que ela detinha. Na acirrada separação entre Estado e Igreja, após a declaração de independência e durante todo o processo, a instituição eclesiástica viu-se fragmentada e frágil. Em meio a fracassadas tentativas de retomar seus domínios e poderes, a Igreja veio a encontrar no povo um aliado para se manter viva dentro do território mexicano.

As massas que por sua vez não tinham o apoio nem da elite liberal, nem da instituição Igreja em si, ganhou ajuda social em suas lutas dos padres, religiosos e cristãos que viam a instituição eclesiástica ser cada vez mais reduzida.

O ópio, desta vez, seria a união de certos grupos religiosos às massas que se encontravam insatisfeitas com o governo e sem o apoio da instituição eclesiástica em si, dando-lhes sustento espiritual e junto ao povo, tentar colocar seus interesses ante o Estado. Desta forma, ela estaria tentando resgatar sua moral, e tentando reafirmar seu poder de manipulação estatal.<sup>101</sup> A sociedade por sua vez, estaria unida em torno de uma idéia e sua organização seria base para toda sua história.<sup>102</sup>

Marx, por acreditar ainda na racionalização do mundo a partir do capitalismo, certamente evidenciaria o processo de libertação mexicana como algo que viesse dele mesmo, visto que, uma dos principais argumentos dos liberais durante o processo de independência foi que a Igreja era instrumento de dominação da Coroa espanhola e, além disso, detinha muitos bens em suas posses, fato que atrasaria o avanço econômico mexicano.

Tal fato também é aceito por Weber. Ambos acreditavam na legitimação do domínio a partir da religião e, por isso, atribuiriam tanto a este tipo de dominação

---

<sup>101</sup> GIDDENS, Op cit, p. 281.

<sup>102</sup> Ibidem, p. 283.

tanto a aparição da Virgem, como a semelhança do povo europeu com um de seus deuses e até ao catecismo e aos seus valores de temor e culpa, além de outros simbolismos religiosos.<sup>103</sup>

Marx e Weber têm visões distintas para a aceitação de ideologias. Para Marx, o povo aceitou o cristianismo por interesse da classe que estava sem apoio de nenhuma vertente política ou espiritual e, via na religião católica a expressão dos interesses das classes. Já Weber, acreditava no caráter carismático da ideologia advinda da fé. Portanto, a fé, baseada em seu caráter carismático, agregou súditos que buscavam algo além da racionalidade para suprir suas necessidades, ou seja, seus interesses pessoais.<sup>104</sup>

É certo que Marx e Weber acreditavam que as práticas religiosas permeavam a vida com temores existenciais, apelando para promessas de salvação, vida eterna e remissão de pecados; mas eles também acreditavam que essas mesmas crenças inseriam, de certa forma, as pessoas ou sociedades no cotidiano ou, na sociedade as vontades pessoais ou de um determinado grupo. No México além da sociedade de modificar com as ideologias ensinadas pela Igreja, esta também teve de sofrer modificações quanto aos seus antigos preceitos para atingir uma classe mais favorável a sua sobrevivência. Desta forma, para eles é notória tanto a influência da Igreja dentro dos grupos nos quais ela se inseriu no México, quanto à manifestação do povo em torno de sua ideologia católica perante o governo em prol de seus interesses. Eles admitem que, sob determinadas circunstâncias históricas, a religião pode desempenhar um papel decisivo na vida da sociedade.<sup>105</sup>

Weber, ao falar da afinidade eletiva, mesmo não definindo bem este termo, trata a relação do capitalismo e a religião como uma simbiose cultural. Pode-se fazer esta mesma relação no caso estudado o se constatar a hostilidade da Igreja frente à expansão capitalista no México. O caráter conservador da instituição maquiava a constante preocupação com a perda de seu patrimônio durante a implementação do liberalismo. Fala-se neste ponto do desejo de lucro por

---

<sup>103</sup> GIDDENS, Op cit, pp. 286-287.

<sup>104</sup> Ibidem, pp. 284-286.

<sup>105</sup> LÖWY, Op cit, p.15.

turpitude de Santo Tomás, o qual Weber aderiu e que tratava do “fazimento” de lucros eticamente justificável e inevitável.<sup>106</sup>

Weber fala, ainda, da identificação dos pobres com a religião por verem no sofrimento do homem pobre o próprio Jesus Cristo.<sup>107</sup> E essa é uma característica evidente no cenário mexicano visto que, ao momento em que a elite liberal bem sucedida se desenraizava das tradições europeias e, principalmente, da religião, as massas de camponeses e índios foram se alimentando da crença na vitória dos que sofrem, assim como Cristo, e ganharam forças para desafiar as injustiças sociais e ir contra o capitalismo que trazia diferenças a cada dia; mesmo que esta força fosse apenas mais um resultado do grande trabalho de religiosos dentro da sociedade marginalizada.

Enfim, para ambos, as ideologias podem ser transpostas racionalmente, deixando evidente o conteúdo real,<sup>108</sup> por serem fruto de processo histórico os sistemas religiosos são vistos como expressão da criação dos valores humanos. Em resumo, eles veriam no caso mexicano não apenas uma manipulação da Coroa para a dominação e uma subsequente devoção desmedida por parte do povo, mas a utilização pelo povo das ideologias da religião para mais tarde reivindicar seus interesses. Embora eles acreditem que na inserção das vontades pessoas ou de um grupo no cotidiano de maneiras distintas, eles não a negam.

Assim, mais que fatos históricos, vê-se que a teoria pode identificar a íntima relação dos reais interesses pessoais ou dos grupos com a aceitação de ideologias. Sendo as novas ideologias capazes de beneficiar os grupos, por que não aderir a elas? Se a crença na Virgem uniria os grupos em torno de uma crença única, dando coesão à sociedade para mais tarde reivindicar seus direitos, por que não crer Nela?

### 3.5 Gramsci e a relação Estado x Igreja no México

Gramsci entende o Estado como um instrumento da classe dominante com o qual ela justifica e mantém seu domínio perante a classe dominada, de forma

---

<sup>106</sup> LÖWY, Op cit, pp.35-36.

<sup>107</sup> Ibidem, p.142-43.

<sup>108</sup> GIDDENS, Op cit, p. 287.

que tanto os valores, quanto as ideologias fossem impostas aos menos favorecidos. Assim, todas as manifestações institucionais, públicas ou privadas, tais como as religiosas, seriam manipuladas pelo poder hegemônico.<sup>109</sup> Para ele, as buscas pela separação da Coroa e a instauração de um Estado hegemônico justificariam o interesse de redução dos poderes eclesiásticos dentro do México. A Igreja mexicana apresentava valores do governo europeu e não da classe dominante mexicana que lutava pela separação da colônia, além disso, zelava pela ação conservadora de manter-se ligada àqueles que lhe dariam força para se manter viva.

Por acreditar que a consciência das classes era muito mais difícil de ser alcançada devido à inserção dos interesses burgueses na superestrutura,<sup>110</sup> dando a ela algo mais que um caráter apenas repressivo, nota-se que para ele, se o papel hegemônico por parte do Estado fosse bem executado, a união das massas para contrapor as decisões estatais seria cada vez mais dificultosa.

Existem duas maneiras de hegemonia expostas por Gramsci, as quais podem ser encontradas no caso mexicano. A primeira refere-se à dominação exercida pela burguesia, que torna seus interesses e sua concepção em senso comum. Esta visão hegemônica pode ser vista à época da colonização, quando espanhóis utilizaram-se da instituição Igreja como instrumento para mediar o estabelecimento de um senso comum.<sup>111</sup> O erro nesta parte foi que o surgimento de uma elite local provocou o aparecimento de um ideal de libertação devido ao enriquecimento da Coroa em detrimento da colônia.

A segunda refere-se ao surgimento de uma força contra-hegemônica, a qual iria contra a burguesia. No México, esta força contra-hegemônica veio a configurar-se antes mesmo da separação entre Igreja e Estado, com as confrarias; mas também pode ser notada no surgimento do EZLN e nas revoltas que se seguiram.

Nas duas formas de hegemonia das quais Gramsci fala, há a participação de instrumentos de coação moral para constituir o senso comum, de forma que o

---

<sup>109</sup> CARNOY, Op cit, pp. 89-90.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 91.

<sup>111</sup> Ibidem, p. 94.



interesse da classe dominante fosse preservado; demonstrando a importância e as fortes influências da ideologia e da consciência de classes.<sup>112</sup> Desta forma, a hegemonia seria consolidada por colocar na sociedade os interesses inerentes à ideologia por meio de aparelhos hegemônicos. No caso mexicano, a Igreja, ou melhor, as ideologias católicas foram utilizadas tanto para colonizar quanto para formar uma contra-hegemonia no Estado laico, mostrando assim que os aparelhos hegemônicos não são exclusividade das elites.

Para Gramsci, os tais aparelhos serviriam para propagar interesses e, assim, manter fracas as classes dominadas, fossem elas as elites ou as massas impedindo que fosse provocado um movimento antiestatal.<sup>113</sup> Neste ponto vemos que o surgimento de uma classe alheia às determinações do estado projeta o estabelecimento de uma ideologia divergente. A elite liberal era composta pela classe que via na separação da colônia um avanço na economia mexicana e uma modernização, em detrimento do enriquecimento da Coroa. A elite se apoiou na ideologia liberal, enquanto camponeses, índios e os religiosos que estavam com seus poderes reduzidos se uniram em torno da sobrevivente crença católica.

Há ainda que se destacar as influências exercidas pelos aparelhos hegemônicos das quais fala Gramsci, visto que eles não só serviriam para agrupar determinados setores, sejam eles a classe dominante ou a contra-hegemonia, mas também para infiltrar nessas classes seus interesses particulares.<sup>114</sup> Um caso muito simples de se identificar esta infiltração de interesses foi o insistente trabalho social do Monsenhor Ruiz perante as classes subalternas no México. Pelo interesses divulgados pelo EZLN, estavam claras duas das reivindicações que a Igreja fazia após a sua separação do Estado, que seriam a luta contra a falta de democracia e a reivindicação por terras.

A partir desta análise, pode-se chegar à conclusão de que a expressão da consciência de classe gera uma crise hegemônica, pois vai contra as determinações estatais. Ao se basear em instituições que são independentes das determinações do Estado, as massas dão margem a crises que põem em questão

---

<sup>112</sup> CARNOY, Op cit, p. 94.

<sup>113</sup> Ibidem, p. 101.

<sup>114</sup> Ibidem, pp. 104-106.

o poder estatal. Assim, acredita-se que os conflitos são gerados pela consciência de massas e não pela crise econômica.<sup>115</sup> Pode-se notar que, mesmo que pudesse acontecer de outra forma a consciência das massas no México, o catolicismo exerceu um papel fundamental, pois tornou mais simples o estabelecimento de um senso comum. Embora estivessem insatisfeitos com sua colocação social e sua participação política, não estavam coesos os suficientes para reivindicarem tais diferenças. A religião utilizou-se dos ensinamentos divinos de liberdade e igualdade para aguçar o sentimento de luta social nas classes dominadas.

A Igreja teve papel duplo na história mexicana, pois fez parte tanto da parte dominadora quanto da dominada em momentos distintos; mas, segundo Gramsci, ela apenas buscava que os seus interesses fossem preservados. Além de ser aparelho hegemônico moral e intelectual utilizado para difundir pensamentos, ela ainda é aparelho de expansão dos seus próprios interesses. Dominar a partir do consentimento moral e intelectual tornou-se mais viável que a coação física e moral. Acreditava que a utilização da religião como ópio além de facilitar a dominação, a faria ser menos conturbada.

O ocorrido no México só vem a reforçar o que foi dito por Gramsci, pois após o aparecimento da Virgem de Guadalupe, a colonização que antes era lenta e atribulada, passou a ser rápida e sem muitos conflitos. A população que vinha de uma tradição de sacrifícios humanos, passou a buscar refúgio em uma nova ideologia que facilitaria a inserção da dominação espanhola. Com o enriquecimento da Coroa e da Igreja, seu aparelho hegemônico; a elite local buscou cessar com os poderes espanhóis nas terras mexicanas lutando pela independência de seu Estado. A adversidade de opiniões entre os liberais e a população católica conservadora veio a gerar conflitos, mas findaram por conseguir a separação da Coroa. As classes discidentes neste novo estado vieram a se unir aos cristãos e religiosos que também havia perdido seus poderes dentro do México e se voltaram para a luta pela igualdade de direitos e para reaver suas terras. Logo, vê-se que a capacidade de utilizar aparelhos

---

<sup>115</sup> CARNOY, Op cit, p. 104-106.

hegemônicos é ponto determinante no governo de um Estado e no controle de sua população, pois se os aparelhos não forem bem usados, podem executar uma função contrária da desejada.

No caso da Igreja, em especial, Gramsci ressalta que, o principal motivo para suas ações políticas e para sua relação conflitiva é a defesa de seus interesses corporativistas, de seu poder e de seus privilégios, e no México, não foi diferente.<sup>116</sup>

### 3.6 Pertinências das análises

Nota-se, a partir das análises de todos estes autores, que a maioria delas ainda é pertinente nos dias de hoje. Elas caracterizam um passado de dominação que teve uma moldura consistente, mas que acabou por falhar em seus preceitos.

Viam a necessidade de um órgão ou um aparelho, ou até mesmo do próprio líder para reger um domínio que não se deixasse influenciar pelas determinações da Igreja. Além disso, acreditavam que ideologias bem difundidas são difíceis de serem quebradas. E este é o caso do catolicismo no México.

Há de se ressaltar, ainda, que a teoria de Gramsci resumiu bem as fases das distintas classes dominantes na Estado Mexicano, colocando em evidência a os papéis de hegemonia e contra-hegemonia que surgiram naquele território, além do papel importante dos aparelhos hegemônicos.

Pode-se notar, então, as influências da Igreja como “aparelho hegemônico” dentro da sociedade, nos interesses individuais e na influência no Estado. Influências vistas de forma particular por cada autor, ressaltando as características mais importantes para eles.

## CONCLUSÃO

A partir deste estudo, pode ser entendida, de maneira mais evidente, a constante utilização de aparelhos ou instrumentos de dominação por parte dos

---

<sup>116</sup> LÖWY, Op cit, p. 26.

Estados, ou ainda, pela sociedade, ou pelo indivíduo para imposição de interesses ou normas.

O caso mereceria mais estudos visto que as influências que a Igreja oferece ao contexto mexicano não cessam na formação de organizações sociais ou em decisões políticas. Além de demonstrarem ser vigentes dentro destes campos, as influências da instituição requeriam um estudo maior no campo antropológico, ou seja, devem ser analisadas ainda, a vontade pessoal, os interesses do indivíduo, para melhor destacar o ocorrido dentro do país.

Entretanto, pode-se afirmar, pelo contexto analisado, que a herança católica proferida pela maioria dos mexicanos deve-se ao fato histórico da conquista espanhola baseada pelos parâmetros cristãos e, ainda, pela promoção dos sentimentos de liberdade e igualdade ensinados pelos religiosos que perderam seus poderes após a tomada do poder pelos liberais.

Ainda que seja complicada a separação entre os interesses da instituição eclesiástica e os interesses da classe que a utiliza como instrumento de coerção moral e intelectual, ou aparelho hegemônico, pode ver pelo histórico analisado que, as classes nas quais a Igreja se inseria lutavam por interesses pertinentes à Igreja, ou o contrário. Isso demonstra que a Igreja, além de ser usada como aparelho hegemônico, também utiliza de suas ideologias para mobilizar grupos em prol de si mesma.

Além disso, os referencias históricos utilizados, deram uma consistência maior ao estudo por fazer referência a tipos de utilização da Igreja como instrumentos e como ela poderia difundir seus interesses nas sociedades e nos governos. Dentre os autores utilizados, Gramsci deu uma contribuição especial no que diz respeito a utilização de aparelhos de manipulação de interesses. Os demais autores fizeram sua contribuição pensando mais em como usar a Igreja para alcançar o poder ou para manter-se no poder, ou ainda, a pacificação de massas em torno das crenças. Vê-se necessário, um estudo mais aprofundado da utilização dos instrumentos pela contra-hegemonia a qual Gramsci se refere, e não restringir a utilização dos preceitos morais da Igreja à classe dominante.

O estudo sobre o assunto conseguiu responder aos questionamentos propostos acerca da existência da participação da Igreja na formação dos interesses políticos da sociedade mexicana em geral e sobre a propagação de seus interesses, mas gerou mais uma gama de questionamentos referentes ao modo como um Estado deve ser governado sem a influência de aparelhos hegemônicos ou se, até mesmo, estes aparelhos são imprescindíveis para torná-lo Estado. Além destes questionamentos, ainda devem ser estudadas, como já foi mencionado, as influências do indivíduo nas escolhas efetuadas em todo o contexto mexicano, para poder medir, mais precisamente, os aspectos que foram aderidos à personalidade por meio de um catecismo forte, ou se a Igreja incorporou fatores individuais ou sociais com o passar dos anos.

Os conflitos originários da existência de instrumentos antiestatais ou aparentemente alheios às decisões estatais dentro de um Estado são crescentes em todo o mundo. Logo, um estudo mais profundo das influências que eles possam exercer perante a sociedade e a política são tarefas fundamentais a serem cumpridas, pois servirão para melhor traçar o projeto de estabelecimento da hegemonia estatal e sua soberania.

Logo, este trabalho, é só um início de um estudo mais amplo a ser feito acerca das influências de aparelhos que agem dentro dos Estados, além de ser necessário o estudo das sociedades locais para destacar melhor seus interesses em relação ao aparelho usado.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

BEALS, Ralph Carleton. *Bureaucratic Change in the Mexican Catholic Church: 1926 to 1950*. California: University of California, 1966.

BETHELL, Leslie. *História da América Latina, volume IV: de 1870 a 1930*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Campinas: Editora Papyrus, 1988.

CHEVALIER, François. *América latina: De la independência a nuetros dias*. México: Editora Fondo de Cultura Económica, 1999.

DUNN, John. *Locke*. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Editora Presença, 1994.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

LÖWY, Michael, *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

MONTEIRO, João Paulo. *Hobbes - Vida e Obra*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

ROUQUIÉ, Alain. *O extremo-ocidente: Introdução à América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991, p. 191.

## **Internet**

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Asteca>. Acesso em: 10/11/2005.

<http://brazil.skepdic.com/watsonville.html>. Acesso em: 15/11/2005.